

Max Weber

A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais

TRADUÇÃO, APRESENTAÇÃO
E COMENTÁRIOS

Gabriel Cohn

Professor titular de sociologia e
docente no Departamento de
Ciência Política da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

ea
editora ática

© Editora Ática

Diretora de Tecnologia de Educação
e Formação de Educadores
Gerente de Formação de Educadores
Editora assistente
Revisor

Ana Teresa Ralston
Luciana Cintra Teixeira
Nina Bandeira
Maurício Katayama

ARTE
Diagramadora
Design e DTP
Imagem da capa e interna

Leslie Morais
Negrito Produção Editorial
E. Gottmann, Heidelberg/
AKG-Images
Casa de Ideias

Emendas de reimpressão

IMPRESSÃO ANTERIOR

Diretor editorial adjunto: Fernando Paixão • Coordenadora editorial: Gabriela
Dias • Editor adjunto: Carlos S. Mendes Rosa • Editora assistente: Baby
Siqueira Abrão • Consultoria editorial: Rogério Hafez • Preparação de texto:
Berenice Baeder • Revisão: Ivany Picasso Batista (coord.), Beatriz Chaves e
Cristina Lebrão • Estagiárias: Aline Rezende Mota e Bianca Santana • Editor
de arte: Antonio Paulos • Assistente de arte: Claudemir Camargo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

W3830

Weber, Max, 1864-1920

A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais / Max Weber; tradução Gabriel Cohn -
São Paulo : Ática, 2006
112p. - (Ensaios comentados)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-08-10606-6

1. Weber, Max, 1864-1920. 2. Ciências sociais - Metodologia científica. I. Cohn, Gabriel,
1938-. II. Título. III. Série.

06-2516.

CDD 301
CDU 30

ISBN 978 85 08 10606-6
Código da obra CL 735368

2011

1ª edição

3ª impressão

Impressão e acabamento: First Soluções Gráficas e Editora Ltda.

Todos os direitos reservados pela Editora Ática
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 - CEP 02909-900 - São Paulo, SP
Atendimento ao cliente: 0800-115152 - Fax: (11) 3990-1776
www.atica.com.br - www.atica.com.br/educadores - atendimento@atica.com.br



IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.

Sumário

<i>Apresentação – O sentido da ciência</i>	7
<i>A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais</i>	13
<i>Max Weber: pensador da sociedade</i>	108
<i>Bibliografia selecionada</i>	110

Apresentação

O sentido da ciência

Numa passagem importante do texto que vamos ler em seguida, Max Weber comenta que as ciências da cultura (termo que para ele abrangia o conjunto do que hoje chamamos ciências sociais, incluindo a história) são dotadas do dom da eterna juventude. Sempre que parecem envelhecer, elas inventam novos problemas e mais uma vez se apresentam para responder aos desafios dos tempos.

Um texto que declara isso tem tudo para manter-se jovem também, sempre presente nos debates sobre o alcance e a natureza dessas ciências, em especial da sociologia. É exatamente o que ocorre, passados mais de cem anos de sua primeira publicação, em 1904, com “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”, um dos grandes clássicos das ciências sociais no século xx.

Para quem não está acostumado com o estilo peculiar da escrita de Max Weber é fácil cair numa armadilha já no momento de ler o título. Não há nada de especial no enunciado do tema, parece: trata-se de estudar a objetividade nas ciências sociais. Mas não é bem isso. Weber fala de “objetividade”, entre aspas. Com isso, sinaliza que não está tomando a objetividade do conhecimento

nas ciências sociais como algo já dado, que ele só quer examinar melhor. É a própria ideia de objetividade que está em questão.

Weber quer conhecer o significado exato dessa ideia no campo das ciências sociais (ele diria “ciências da cultura”, e já veremos como esse ponto é importante para ele). Para saber o que isso significa exatamente, Weber se vê obrigado a percorrer um longo caminho, que passa pela especificidade do estudo científico do mundo social humano e pelo exame do modo como nele se constroem e se usam conceitos adequados a seu conhecimento.

O ponto de partida é dado por uma declaração peremptória, que dará o mote para muitos dos argumentos expostos ao longo do texto. As ciências sociais buscam conhecer a realidade empírica, mediante a observação daquilo que ocorre na convivência humana. Elas não almejam outro mundo, mas querem conhecer algo do mundo que aí está (ou esteve, no caso da historiografia). Em suma, de acordo com a posição que Weber defende, no mundo do conhecimento científico – e isso inclui o mundo humano – só se pode falar do que é, não do que deveria ser. O conhecimento científico só pode buscar apoio em fatos (os dados da realidade), nunca em valores (as qualidades em nome das quais se avalia a realidade). A consequência imediata é que não se pode exigir desse conhecimento que nos diga o que devemos fazer. “Jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideais obrigatórios, para delas extrair receitas para a prática”, sustenta Weber.

Isso parece bem simples. Se fosse tudo de que precisamos para saber o que significa falar em “objetividade” nas ciências sociais, poderíamos parar por aqui. Em uma clara demonstração de que não é assim, Weber continua a tratar do tema por dezenas de páginas. A primeira razão disso é que ele não cogita oferecer uma mera definição de objetividade, algo como “objetividade é só falar de fatos e não permitir que valores se intrometam”. Para Weber, a questão vai mais fundo, por mais importante que seja a distinção entre juízos de fato (sentenças sobre o que é) e juízos de valor (sentenças sobre o que deve ser).

Em primeiro lugar, ele não está adotando uma posição trivial ao propor, como entrada no tema, a distinção entre juízos de fato e juízos de valor. Com

isso evita uma concepção de objetividade baseada na distinção entre o “objetivo” e o “subjetivo”, na qual o sujeito se limita a registrar os traços do objeto. Para ele, o conhecimento científico é objetivo, sim, desde que nos limitemos a um sentido muito preciso do termo: o de que o conhecimento científico se atém aos fatos e não envolve avaliações – o que significa também que não está subordinado aos caprichos da subjetividade do cientista. Dito isso, porém, ainda há muito a caminhar.

O ponto mais importante a ressaltar é que em Weber a questão da objetividade sofre um deslocamento decisivo. Isso ocorre porque ele não se contenta com a exigência do respeito aos fatos. Sua pergunta vai mais além: em nome de que determinadas coisas ou ocorrências são tratadas como objetos de conhecimento científico? O que as torna *significativas* para o cientista, entre tantas outras coisas e ocorrências?

Assim como não se pode pedir à ciência que dê orientação normativa aos homens, não cabe esperar dela que forneça alguma fórmula universal que explique tudo. O conhecimento científico sempre incide sobre aspectos limitados da realidade, até porque o número de ocorrências é infinito no espaço e no tempo e jamais pode ser captado no todo. Isso, para Weber, é básico – não como algo a ser anotado e deixado de lado, mas como fundamento do modo como a questão será tratada. Ele tira todas as consequências da questão que se pode formular de imediato nesse contexto – por que a atenção do cientista se volta para isto e não para aquilo? – para chegar a outra formulação, adequada às ciências sociais e da cultura.

Agora a questão passa a ser: por que determinados traços da realidade, de preferência a inúmeros outros, têm *significação* para o cientista (e, por extensão, para os que se interessam por seu trabalho)? Por que, enfim, são *importantes*, importam para os que fazem ciência e para os que nela buscam conhecimento? Observe-se que há uma inflexão fundamental entre a resposta de Weber e a possível resposta que se limitasse a afirmar que, não podendo conhecer tudo, o cientista concentra a atenção sobre o que lhe foi solicitado ou é mais viável. Para este, o que importa, no sentido mais forte do termo, é aquilo

que o conhecimento procurado representa para quem o busca, aquilo que lhe confere significação no mundo cultural de que participa.

Com isso esclarece-se alguma coisa sobre a posição básica de Weber, à custa, todavia, de abrir-se novo campo de problemas. O que vem a ser esse mundo da cultura, que se revela tão importante para ele? Nesse ponto, Weber introduz uma posição própria numa área em que concepções filosóficas dominantes em sua época deixavam marcas no modo como se pensavam os fundamentos e as tarefas das ciências sociais, em particular a sociologia.

Quando se falava em cultura, a tendência dominante ia no sentido de concebê-la como um conjunto de valores que impõem normas à conduta dos homens. E esses valores, por sua vez, eram concebidos como entidades ideais, cuja principal qualidade é a de ter significado e que, embora não existam como “coisas”, têm continuidade no tempo como vigência, porque *valem*. Nesse sentido específico, os valores – e, por extensão, o conjunto deles, que constitui a própria cultura – têm caráter objetivo, porque independem das intenções e das ações singulares dos homens.

No limite, essa concepção, que Weber refutaria, conduz a uma ideia de cultura como um grande campo de significados normativos, povoado por valores fundamentais como o Belo e o Bom, dos quais outros derivam e que – este é o ponto decisivo – é compartilhado por todos os que nela se incluem. A isso, responde de modo radical. Cultura, para ele, não é um campo de consensos normativos, de diretrizes de avaliação às quais todos aderem, mas é um campo de disputas, de luta entre os homens para definir quais são as qualidades das coisas, das condutas e das ocorrências que têm caráter exemplar e podem servir como orientação perante o mundo.

Nesse percurso, Weber recorre a uma ideia decisiva. É que, para ele, o mundo da cultura não é aquela dimensão da realidade social que confere sentido ao que os homens fazem, mas, ao contrário, é aquela arena significativa em que os próprios homens atribuem valor ao que fazem.

A cultura opera como uma espécie de filtro, que seleciona no interior do conjunto das experiências possíveis aquelas que serão consideradas significa-

tivas no interior de determinados grupos humanos. O importante não é a vigência de valores já dados, mas os próprios homens como atores que, ao agir, orientam-se por diretrizes que lutam para fazer valer também para os demais. Estão em jogo não “valores” sem mais, mas “ideias de valor”, que se referem ao modo como os homens percebem e pensam os valores nas ações a que se entregam. (Coerente com seu estilo, aliás, Weber poderia grafar entre aspas o termo “valor”, pois, assim como no caso da “objetividade”, sua referência não é a um objeto dado, mas ao significado que diferentes homens em diferentes situações atribuem a ele.)

Isso tudo significa que a ciência como conhecimento do que é (e não do que deveria ser) não é conhecimento de qualquer coisa, mas daquilo que os homens de certa sociedade, em certa época, reputam importante, que valha a pena ser conhecido. E para selecionar o que importa, o que tem significação para o conhecimento, só há um critério: o da referência daquilo que se busca saber a ideias de valor que o próprio pesquisador, como membro da sociedade, sustenta.

É dessa referência que nasce o interesse pela pesquisa, mas esta não se esgota no interesse, por essencial que ele seja para desencadeá-la. A pesquisa propriamente dita obedece às regras universais do método científico, e seus resultados têm, ou não, valor de conhecimento para todos os que podem ter acesso ao método, pouco importa se é ou não interessante para eles. Em suma: não faz sentido pensar em pesquisa social sem o impulso de um interesse arraigado na sociedade (e não puramente formal, interno ao próprio objeto, como quando um teorema puxa outro). E o fundamento do interesse sempre é um valor – mas não se faz ciência sem ultrapassar a fase da seleção do objeto rumo à aplicação do método, que independe de valores e decide se o resultado é conhecimento científico ou não.

O conhecimento científico é objetivo nos resultados (que valem igualmente para todos os que o procuram), mas não na gênese, pois a força motriz da pesquisa é dada por valores (que valem somente para os que aderem a eles). Isso equivale a dizer que sem referências a valores não se pratica ciência (pois

então ela carece de interesse), mas, se o cientista não souber despojar-se dos valores que o guiaram na seleção de seu objeto de estudo ao realizar a pesquisa, cometerá o erro mais fatal, da perspectiva weberiana: o de apresentar como conhecimento científico com valor universal aquilo que não passa de reiteração em outros termos dos interesses práticos particulares aos quais ele adere.

Não há, pois, ciência social para Weber sem referência a valores que conduzam o interesse do cientista àquilo que se revelará importante para ele e, por isso, será dotado de significação; nada, igualmente, de ciência se a pesquisa não deixar para trás as referências valorativas que a guiaram no início. Nesse trajeto, a objetividade dos resultados da pesquisa só fará sentido para aqueles que compartilharem a avaliação positiva da busca racional e sistemática do conhecimento que só a ciência permite. Terá, pois, caráter intersubjetivo, não sendo mera subordinação a propriedades existentes nos próprios objetos. Pois é só quando se convertem as relações entre objetos (incluindo eventos) em *problema* que este deixa de ser mero registro daquilo que se observa nas coisas para converter-se em tarefa de “homens de cultura” (para usar a expressão de Weber, que enfatiza o termo “homens” para deixar claro que se refere a entes ativos, capazes de atribuir sentido ao mundo em que atuam também como cientistas).

GABRIEL COHN

A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*

1

Sabemos que nossa ciência, como todas – exceto talvez a história política – as que têm por objeto instituições e processos culturais humanos, deriva historicamente de pontos de vista *práticos*. A produção de juízos de valor sobre determinadas medidas de política econômica dos Estados constituiu o seu primeiro e, no início, único fim. Tratava-se de uma “técnica” no mesmo sentido em que também o são as disciplinas clínicas das ciências médicas. Sabe-se, entretanto, como essa posição se modificou gradativamente, sem que no entanto ocorresse uma separação *de princípio* entre o conheci-

* Reproduzido de WEBER, M. Die ‘Objektivität’ Sozialwissenschaftlicher und sozial politischer Erkenntnis. In: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 4. ed., organizada e revista por Johannes Winckelmann. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1973. p. 146-214. Tradução de Gabriel Cohn.

mento do que “é” e o conhecimento do que “deve ser”. A essa separação opunha-se primeiro a opinião de que os processos econômicos estavam sob o império de leis naturais imutáveis e, em seguida, de que estavam sob o domínio de um princípio de desenvolvimento unívoco, e de que, em consequência, o “dever ser” coincidia com o “ser” imutável no primeiro caso, ou com o inevitável “vir a ser” no segundo. Com o despertar do senso histórico, uma combinação de evolucionismo ético e relativismo histórico veio a dominar nossa ciência, procurando despir as normas éticas de seu caráter formal e determinar quanto ao conteúdo o domínio do “ético” mediante a incorporação do conjunto dos valores culturais, alçando assim a economia política à dignidade de uma “ciência ética” com base empírica. Na medida em que se imprimia no conjunto de todos os ideais culturais o timbre do “ético”, diluía-se a dignidade específica dos imperativos éticos, sem todavia ganhar coisa alguma a favor da “objetividade” da validade desses ideais. Entretanto, é possível, e mesmo necessário, deixar aqui de lado um exame aprofundado dessa questão: vamos nos limitar ao fato de que ainda hoje não desapareceu e compreensivelmente se mantém habitual entre os praticantes a ideia de que a economia política produza *juízos de valor* a partir de uma “concepção de mundo científica” e deva fazê-lo.

Diga-se desde logo que cabe à nossa revista, como representante de uma disciplina especializada empírica, *rejeitar inteiramente* essa concepção, pois sustentamos que jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideais obrigatórios, para delas extrair receitas para a prática.

► Weber apresenta aqui a posição que irá combater ao longo do texto, com referência ao conjunto das ciências históricas e sociais, não só à economia política.

► A revista em questão, para a qual Max Weber escreveu este texto ao assumir o cargo de editor, em 1904, é *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para ciência social e política social). Para ele, o grande problema a ser enfrentado pelos editores consistia em combinar avaliações práticas (de “política social”) e pesquisa científica (de “ciência social”) sem confundir esses dois campos de atividade intelectual. Para isso, considerava indispensável uma concepção clara sobre a natureza de cada qual, para saber onde se separam e o que compartilham.

Qual é a consequência dessa afirmação? De modo algum que os juízos de valor, por se basearem em última instância em determinados ideais e portanto terem origem “subjéctiva”, estejam *excluídos* da discussão científica. Isso seria desmentido seguidamente pela prática e o objetivo da nossa revista. A crítica não se detém diante dos juízos de valor. A questão é: que *significa* e o que pretende a crítica científica de ideais e juízos de valor? Ela merece um exame um pouco mais demorado.

Toda reflexão sobre os elementos últimos do agir humano está desde logo presa às categorias “meio” e “fim”. Queremos algo concretamente, seja “por si mesmo”, seja como meio a serviço do que queremos no final. Ora, acessível à consideração científica é em primeiro lugar a questão da adequação dos meios a um fim dado. Como nós (nos limites do nosso conhecimento em cada caso) temos como constatar de modo válido *quais* meios são apropriados ou não para atingir um fim visado, podemos por essa via estimar as chances de atingir um fim determinado com determinados meios disponíveis. Desse modo podemos criticar indiretamente a própria formulação dos fins como razoável ou não à luz das condições dadas. Além disso, naturalmente, *quando* a possibilidade de atingir determinado fim parece dada, podemos considerar as *consequências* que decorreriam da aplicação dos meios necessários *conjugada* ao eventual êxito na busca do fim, levando em conta o inter-relacionamento geral de tudo o que acontece. Oferecemos então ao agente a possibilidade de ponderar as consequências esperadas contra as não esperadas do seu agir e assim a resposta à pergunta: qual é o “custo” de atingir-se

o fim esperado do previsível dano a outros valores? Posto que na grande maioria das vezes todo fim almejado “custa” algo nesse sentido ou ao menos pode custar, nenhum ser humano que aja de modo responsável pode furtar-se à ponderação do fim e das consequências da ação, e tornar isso possível é uma das funções essenciais da crítica técnica de que tratamos até agora. Todavia, levar essa ponderação à decisão certamente não é uma tarefa possível da ciência, mas do homem dotado de vontade: ele sopesa e escolhe entre os valores envolvidos conforme sua consciência e sua concepção de mundo. A ciência pode ajudá-lo a tornar-se consciente de que todo agir, e naturalmente também o não agir, significa nas suas consequências assumir posição em favor de determinados valores e, assim, regularmente contra outros – o que hoje tanto se aprecia ignorar. A ele cabe a escolha.

O que lhe podemos oferecer além disso para a sua decisão é o conhecimento do significado daquilo que almeja. Podemos ensinar-lhe a conhecer os fins que deseja e entre os quais escolhe conforme suas conexões e sua importância, em primeiro lugar mediante a demonstração e o desenvolvimento logicamente coerente das “ideias” que estão, ou poderiam estar, na base do fim concreto. Pois é sem dúvida uma das tarefas mais essenciais de qualquer ciência da vida cultural humana abrir à compreensão intelectual essas “ideias” pelas quais real e supostamente se lutou e se luta. Isso não ultrapassa os limites de uma ciência que aspira à “ordenação em pensamento da realidade empírica”, por menos que os meios que servem a essa interpretação de valores espirituais sejam “indicações” no sentido usual do termo. É verdade que

essa tarefa está fora, pelo menos em parte, do quadro da disciplina especializada economia no interior da divisão de trabalho científico usual; trata-se de tarefas da filosofia social. Ocorre, contudo, que a potência histórica das ideias para o desenvolvimento da vida social foi e ainda é de tal ordem que nossa revista nunca pode esquivar-se dessa tarefa, cujo cultivo incluirá, do contrário, entre seus deveres mais importantes.

Além disso, contudo, o tratamento científico dos juízos de valor não somente quer tornar compreensíveis e suscetíveis de percepção empática os fins buscados e os ideais subjacentes a eles como principalmente ensinar a “avaliá-los” criticamente. Essa crítica certamente só pode ter caráter dialético, ou seja, somente pode ser uma avaliação lógico-formal do material tornado disponível nos juízos de valor e ideias historicamente dados, só pode ser um exame dos ideais com base no postulado da ausência de contradição do objeto da vontade. Ela pode, ao atribuir-se esse fim, ajudar o sujeito da vontade na autopercepção daqueles axiomas últimos que subjazem ao conteúdo do seu querer, dos critérios últimos dos quais parte de modo não consciente ou – para ser consequente – deveria partir. Trazer à consciência esses critérios últimos que se manifestam no juízo de valor concreto é o máximo que ela pode fazer sem entrar no campo da especulação. Se o sujeito do julgamento deve adotar esses critérios é uma questão do seu foro íntimo e uma questão do seu querer e da sua consciência, não do conhecer empírico.

Uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que deve, somente sobre o que pode e – eventualmente – sobre o que quer. É verdade que no

► Trata-se da busca de fundamentos para os fenômenos sociais, em contraste com seu estudo empírico.

► O termo “dialético” tem, aqui, um significado muito preciso e restrito. Refere-se ao exame da consistência interna de argumentos.

► Uma ideia central: a ciência não gera imperativos, só esclarece o que existe.

domínio das nossas ciências as concepções de mundo pessoais costumam intrometer-se, turvando também a argumentação científica e levando a avaliações desencontradas do peso dos argumentos científicos também no tocante ao estabelecimento de relações causais simples entre fatos, conforme o resultado aumente ou diminua as chances de ideais pessoais: a possibilidade de querer algo. Também os editores e colaboradores da nossa revista certamente estarão, nesse aspecto, na situação de “nada humano lhes ser alheio”. Um longo caminho vai, porém, entre essa admissão da fraqueza humana até a crença em uma ciência “ética” da economia política, voltada para a produção de ideais a partir da sua matéria-prima ou para a produção de normas mediante a aplicação de imperativos éticos sobre sua matéria. Igualmente correto é também que exatamente aqueles elementos mais íntimos da “personalidade”, os juízos de valor mais elevados e finais que determinam nossa ação e dão sentido e importância à nossa vida, são percebidos por nós como algo “objetivamente” valioso. Pois somente podemos adotá-los quando se apresentam a nós como válidos, como fluindo dos nossos valores vitais mais elevados e desse modo são desenvolvidos no combate com as resistências da vida. A própria dignidade da “personalidade” está encerrada na circunstância de que há para ela valores aos quais relaciona a própria vida – mesmo que esses valores se encontrem exclusivamente *no interior* da esfera da própria individualidade: pois então lhe importa a “dedicação vital” a *aqueles* interesses seus aos quais atribui *validade como valores*, como a ideia que lhe serve de referência. É somente sob o pressuposto da crença

em valores que ganha sentido assumir externamente juízos de valor. Entretanto: *avaliar a validade* desses valores é matéria de *crença*, e talvez ao lado disso uma tarefa de observação e interpretação especulativas da vida e do mundo com referência ao seu significado, mas certamente *não* objeto de uma ciência empírica no sentido em que deve ser cultivada aqui. Ao contrário do que amiúde se supõe, para essa separação não é decisiva a circunstância empiricamente verificável de que aquelas metas finais são mutáveis e controversas. Pois também o conhecimento dos enunciados mais seguros do nosso conhecimento teórico – como o das ciências naturais exatas e da matemática – assim como a agudeza e o refinamento da consciência, devem-se à cultura. Apenas quando pensamos especialmente nos problemas práticos da política econômica e social (na acepção usual) vê-se que há numerosas, inúmeras mesmo *questões pontuais* em cuja explicação parte-se, em consequência de consenso geral sobre determinados fins, deles como *evidentemente* dados – pensemos, por exemplo, em créditos de emergência, em tarefas concretas da higiene social, na assistência aos pobres, em regulamentos como os da inspeção de fábricas, os tribunais corporativos, dos atestados de trabalho, grandes parcelas da legislação trabalhista – nos quais, portanto, ao menos parece que só se pergunta pelos *meios* para se atingir o fim. Mesmo, contudo, que tomemos aqui como verdadeira a aparente evidência – coisa que jamais a ciência faria impunemente – e víssemos como meras questões técnicas de adequação os conflitos que pronto resultariam da tentativa de execução prática, seríamos obrigados a perceber que também essa *aparên-*

► Ou seja: não há consenso possível, pois estão em jogo os significados que os homens atribuem às questões e a luta deles para tornar aceitáveis (“válidos”) os significados que defendem. São, portanto, questões de cultura (sobre isso, ver também a página 58).

cia da evidência dos critérios de valor reguladores parece tão logo nos elevemos dos problemas concretos de assistência de bem-estar e econômicos às questões de política econômica e social. A característica do caráter político-social de um problema é precisamente que ele não pode ser resolvido com base em considerações meramente técnicas, que critérios de valor reguladores podem e devem ser objeto de *controvérsia*, porque o problema atinge a região das questões gerais de cultura. E não se disputa apenas, como hoje gostamos de acreditar, entre “interesses de classe”, mas também entre “concepções de mundo” – sem prejuízo, naturalmente, de que na questão de qual concepção de mundo o indivíduo defende torna-se decisiva, entre outras coisas – mas em muito alta escala –, o grau de afinidade eletiva entre ela e o seu “interesse de classe” – admitindo-se aqui esse conceito só aparentemente unívoco. Uma coisa é certa em quaisquer circunstâncias: quanto mais “geral” é o problema de que se trata – o que aqui significa: quanto mais ampla a sua importância cultural, tanto menos é acessível uma resposta unívoca a partir do material do conhecimento empírico, tanto mais incidem nele os axiomas últimos da crença e das ideias de valor. É pura ingenuidade quando profissionais ocasionalmente ainda acreditam que se trate de erigir como cientificamente válido um “princípio” para as ciências sociais práticas, para dele se poder deduzir as normas para solucionar os problemas práticos pontuais. Por mais que as ciências sociais exijam explicações de problemas práticos de “princípios”, isto é, a busca do conteúdo ideal dos juízos de valor que se impõem irrefletidamente, e por mais que nossa revista pretenda

dar especial atenção precisamente a elas, a criação de um denominador geral prático para nossos problemas de ideais últimos com validade geral certamente não pode ser tarefa sua ou de qualquer ciência empírica: como tal, ela não apenas seria insolúvel praticamente como contraditória em si mesma. E, seja como a base e a natureza do caráter obrigatório de imperativos éticos possa ser interpretada, é seguro que deles, como normas para o agir concretamente determinado do indivíduo, não há como deduzir quaisquer conteúdos culturais como obrigatórios, e tanto menos quanto mais amplos os conteúdos de que se trata. Somente religiões positivas – mais precisamente, seitas de caráter dogmático – conseguem atribuir ao conteúdo de valores culturais a dignidade de deveres éticos incondicionalmente válidos. Fora delas, os ideais culturais que o indivíduo quer e as obrigações éticas que ele deve cumprir são de dignidade diferente por princípio. É destino de uma época cultural que provou do fruto da árvore do conhecimento ter que saber que não podemos discernir o sentido do andamento do mundo nem mesmo da mais completa investigação, mas que nos cabe criá-lo nós próprios, que “concepções de mundo” jamais podem ser produto do avanço de um saber empírico, e que portanto os ideais mais elevados, que mais intensamente nos comovem, agora e sempre só se efetivam no combate com outros ideais tão sagrados para outros quanto os nossos são para nós.

Somente um sincretismo otimista, como por vezes resulta do relativismo do desenvolvimentismo histórico, pode furtar-se teoricamente à suma seriedade dessa condição ou esquivar-se de suas consequências práticas.

► Outra ideia central: a ciência nos oferece conhecimento do que ocorre no mundo, mas não tem como dizer o que ele significa para nós; essa tarefa cabe a nós mesmos.

É claro que para o político prático pode, eventualmente, ser, do ponto de vista subjetivo, exatamente tão obrigatório agir como mediador entre opiniões opostas dadas quanto tomar partido por uma delas. Mas isso nada tem a ver com “objetividade” científica. A “linha do meio” não é nem minimamente mais verdade científica do que os ideais partidários da direita e da esquerda. Em lugar algum o interesse da ciência está menos protegido do que naquele em que não se quer enxergar fatos desconfortáveis e as realidades da vida. Essa revista combaterá sem quartel a grave autoilusão de que se possam obter normas com validade científica mediante a síntese de várias visões partidárias ou traçando uma diagonal entre elas, porque ela, ao ocultar seus próprios critérios valorativos, é muito mais perigosa para a integridade da pesquisa do que a crença ingênua dos partidos na possibilidade de “provar” cientificamente seus dogmas. A capacidade de discernimento entre conhecimento e avaliação e o cumprimento tanto da obrigação científica de ver a verdade dos fatos como da obrigação prática de defender seus próprios ideais é aquilo a que devemos voltar a nos acostumar com mais força.

Há e permanece – é isso que nos importa – para sempre uma diferença intransponível entre a orientação de uma argumentação para nossa sensibilidade e capacidade de entusiasmo por metas práticas concretas ou por formas e conteúdos culturais, ou então para a nossa consciência quando está em questão a validade de normas éticas, ou finalmente para a nossa capacidade e necessidade de ordenar em pensamento a realidade empírica de um modo que levanta a reivindicação de validade

► Aqui se aprofunda a ideia das páginas 17-18: a avaliação normativa (que gera imperativos) é uma coisa, a verdade empírica que a ciência procura é outra. Nesta passagem o autor já diz o que entende por ciência. É uma atividade intelectual que busca pôr ordem nos fenômenos observados – e isso se faz no estabelecimento de relações verificáveis entre eles.

como verdade empírica. E essa afirmação mantém-se correta apesar de que, como ainda se mostrará, esses “valores” máximos do interesse prático são e sempre serão de importância decisiva para a direção que a atividade ordenadora do pensamento, no domínio das ciências da cultura, tomará em cada caso. Pois é e mantém-se verdadeiro que a administração científica da prova no domínio das ciências sociais, se quiser atingir seu objetivo, deverá ser admitida como correta também por um chinês ou – expresso de modo mais correto – que ela deve empenhar-se em prol desse fim não inteiramente alcançável, talvez por carência de material. Igualmente, a análise lógica, no que concerne a seu conteúdo e a seus axiomas últimos e o registro das consequências lógicas e práticas que resultam do seu cumprimento deverá, se quiser contar como bem-sucedida, ser válida também para ele – embora possa faltar-lhe o “ouvido” para nossos imperativos éticos e ele possa rejeitar, e certamente rejeitará, o próprio ideal e as avaliações concretas que dele resultam, sem com isso afetar o valor científico dessa análise em pensamento. Certamente nossa revista não ignorará as tentativas inevitavelmente reiteradas de definir de modo unívoco o sentido da vida cultural. Ao contrário: afinal, elas próprias estão entre os resultados mais importantes dessa mesma vida cultural, e eventualmente também encontram-se entre suas forças motrizes mais poderosas. Em vista disso, sempre seguiremos com cuidado o andamento desses tratamentos “sociofilosóficos” nessa acepção do termo. Mais até: afastaremos o preconceito de que considerações sobre a vida cultural que ultrapassem a ordenação mental do que é dado empiricamente, para

tentar interpretar metafisicamente o mundo, já por esse seu caráter, não *possam* prestar serviço algum em proveito do conhecimento. A localização dessas tarefas é sem dúvida um problema que cabe primeiro à teoria do conhecimento e cuja solução necessariamente deixaremos e podemos deixar de lado aqui, em vista dos nossos objetivos. Pois uma coisa sustentamos para o *nosso* trabalho: uma revista de ciência social no nosso sentido deve, na medida em que pratica *ciência*, ser um local de busca da verdade, que – para ficar no nosso exemplo – reivindica também para o chinês a validade da ordenação mental da realidade empírica.

Certamente os editores não podem proibir de modo peremptório, seja a si próprios, seja aos colaboradores, a expressão, também em juízos de valor, dos ideais que os animam. Só que disso resultam duas obrigações importantes. Em primeiro lugar: em cada momento trazer claramente à consciência do leitor e à própria *quais* os critérios segundo os quais a realidade é medida e o juízo de valor é derivado, em vez de fazer o costumeiro, ao introduzir uma mescla imprecisa de valores de toda espécie que mascaram os conflitos entre os ideais e levam a buscar oferecer “a cada um o seu”. Desde que essa obrigação seja rigorosamente seguida, então assumir posição avaliadora prática pode ser não apenas inofensivo para o interesse puramente científico como diretamente útil, até mesmo devido: na crítica científica de propostas práticas de cunho legislativo, e outras, o esclarecimento dos motivos do legislador e dos ideais do autor criticado muitas vezes nem pode ser feito em todo o seu alcance senão pelo *confronto* de seus crité-

rios subjacentes com *outros*, naturalmente de preferência com os próprios. Toda *avaliação* sensata do *querer* alheio só pode ser crítica a partir de uma “concepção de mundo”, combate ao ideal *alheio* sobre a base de um ideal *próprio*. Quando se trata, portanto, de efetivamente não apenas constatar e analisar o axioma valorativo último que fundamenta um querer prático, mas *exibi-lo* em suas relações com *outros* axiomas valorativos, então a crítica “positiva” mediante a exposição sistemática destes últimos torna-se inevitável.

É também inevitável, portanto, que nas colunas da revista – em especial no exame de legislação – ao lado da *ciência* social (a ordenação dos fatos em pensamento) compareça a *política* social (a exposição de ideais). Todavia, não nos ocorre apresentar tais debates como “*ciência*” e faremos os maiores esforços para evitar sua confusão com ela. Já não é então a ciência que fala, e o segundo imperativo fundamental da imparcialidade científica reza, portanto: nesses casos deve-se sempre tornar claro para os leitores (e, seja dito, antes de mais nada para si mesmo!) *que* o pesquisador reflexivo parou de falar e o homem portador de vontade começa a manifestar-se, e *onde* isso ocorre, *onde* os argumentos se dirigem à inteligência e *onde* seu alvo são os sentimentos. A constante mescla de explicação científica dos fatos com raciocínios valorativos ainda é uma das características mais difundidas e mais nocivas de trabalhos na nossa profissão. É contra essa *mistura* e *não* contra a defesa dos próprios ideais que se dirigem as exposições que se seguem. *Carencia de convicções* e “objetividade” *científica* não têm nenhuma afinidade interna.

► Mais um passo na argumentação: abster-se de avaliações na ciência não nos exime de tomar posição, mas isso não será feito em nome da ciência.

Pelo menos conforme sua intenção, esta revista jamais foi nem deverá ser o lugar de travar polêmica com partidos políticos ou político-sociais, nem tampouco o local em que se faça a defesa ou a denúncia de ideais políticos ou político-sociais; para isso existem outros órgãos. Sua peculiaridade consistiu desde o início e, no que concerne aos editores, deverá perdurar, em que nela vigorosos adversários políticos se encontrem no trabalho científico. Ela não foi até hoje um órgão “socialista” nem deverá ser no futuro um órgão “burguês”. Ninguém que esteja disposto a colocar-se no terreno da discussão científica está excluído do seu círculos de colaboradores. Ela não pode converter-se numa arena de “contestações”, réplicas e trélicas, mas nela ninguém, nem mesmo seus colaboradores e mesmo seus editores, está protegido contra a mais dura crítica de caráter objetivo e científico. Quem não suporta isso, ou quem não está disposto a colaborar a serviço do conhecimento científico com pessoas que sustentam ideais diferentes dos seus, deve afastar-se dela.

Convém não se enganar: infelizmente, nessas últimas palavras fica dito nesse momento mais do que parece à primeira vista. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, a possibilidade de encontrar-se sem reservas em terreno neutro com adversários políticos lamentavelmente tem limites psicológicos em todo lugar, em especial nas condições alemãs. Digno de combate incondicional, esse traço de mesquinho fanatismo partidário e de cultura política subdesenvolvida ganha um reforço essencial pela circunstância de que, como demonstra a experiência, no domínio das ciências sociais o impulso para

o tratamento de problemas *científicos* em regra é dado por “questões” *práticas*, de tal modo que o simples reconhecimento da existência de um problema científico encontra-se intimamente unido a um querer com direção determinada de pessoas vivas. Nas colunas de uma revista que existe em virtude da influência do interesse geral por um problema concreto, em regra se juntarão como colaboradores pessoas que voltam seu interesse pessoal para esse problema porque julgam que determinadas condições concretas lhes parecem prejudicar valores ideais em que acreditam, na sua contraposição a eles. A afinidade eletiva entre ideais semelhantes aproximará então esse círculo de colaboradores e novos colaboradores, e isso imprimirá à revista um certo “*caráter*” ao menos no tratamento de problemas práticos de natureza *político-social*, como complemento inevitável de toda ação conjunta de seres humanos vivos e sensíveis, cuja posição valorativa diante do problema não é de todo reprimida nem mesmo no trabalho puramente teórico e que – sob os pressupostos enunciados acima – também vem à tona de modo inteiramente legítimo na crítica a propostas e medidas *práticas*. Ocorre que a revista surgiu num momento em que determinados problemas da “*questão operária*”, no sentido usual do termo, ocupavam posição de relevo no debate nas ciências sociais. Aquelas personalidades para as quais os problemas que ela se dispunha a tratar estavam ligadas às ideias de valor mais elevadas e decisivas, e que por isso se tornaram seus colaboradores regulares, eram, por essa mesma razão, defensores de uma concepção de cultura de coloração igual ou ao menos semelhante a elas. Do mesmo modo, todos

também sabem que, quando a revista rejeitou seguir uma “tendência” mediante a expressa limitação a exposições “científicas” e o expreso convite a “membros de todos os campos políticos”, ela não deixou por isso de possuir um “caráter” no sentido acima. Ele foi formado pelo círculo de seus colaboradores regulares. Em geral tratava-se de homens para os quais, independentemente de todas as outras diferenças de opinião, a proteção da saúde física das massas trabalhadoras e sua possibilidade de participação crescente nos bens materiais e espirituais de nossa cultura aparecia como um fim – e como meio, por sua vez, a combinação entre intervenção estatal na esfera dos interesses materiais com o desenvolvimento livre da ordem estatal e dos direitos – e que, fosse qual fosse sua opinião sobre a configuração da ordem social no futuro mais distante, aceitavam para o *presente* o desenvolvimento capitalista, não porque lhes parecesse melhor em confronto com as formas mais antigas de estrutura social, mas porque o viam como praticamente inevitável e consideravam a tentativa de combate intransigente a ele não como exigência e sim como obstáculo à ascensão da classe trabalhadora à luz da cultura. Sob as condições vigentes hoje na Alemanha – elas dispensam maior esclarecimento aqui – isso não seria evitável. Na realidade, o sucesso efetivo da plena diversidade da participação redundou em benefício para a discussão científica e foi um elemento de força para a revista, e talvez mesmo – nas condições dadas – um componente da justificação da sua existência.

O que deve ser reconhecido é que o desenvolvimento de um “caráter”, nessa acepção do termo, numa revista

científica, *pode* representar um perigo para a imparcialidade do trabalho científico e de fato *deveria* sê-lo se a seleção dos colaboradores fosse intencionalmente unilateral: nesse caso a criação de um “caráter” significaria praticamente o mesmo que a existência de uma “tendência”. Os editores têm inteira consciência da responsabilidade que essa condição lhes impõe. Eles não planejam alterar o caráter da revista, nem conservá-lo artificialmente mediante a limitação do círculo de colaboradores e estudiosos com determinadas opiniões partidárias. Eles o tomam como dado e aguardam o seu “desenvolvimento” posterior. O modo *como* ele se formará no futuro, e talvez, em consequência da inevitável ampliação do nosso círculo de colaboradores, se *transformará*, isso dependerá em primeiro lugar da característica daquelas personalidades que ingressem nesse círculo e sejam ou se tornem habituais nas colunas da revista com a intenção de servir ao trabalho científico. E será também determinado pela ampliação dos *problemas* cujo tratamento a revista toma como seu objetivo.

Com essa observação chegamos à questão ainda não examinada da *definição quanto ao objeto* do nosso campo de trabalho. A isso, contudo, não pode ser dada resposta sem suscitar também nesse ponto a questão da natureza do fim do conhecimento científico social em geral. Ao distinguir, em princípio, entre “juízos de valor” e “conhecimento empírico”, pressupomos até agora a existência de uma modalidade de conhecimento de validade incondicional, ou seja, que efetivamente exista a ordenação, em pensamento, da realidade empírica no domínio das ciências sociais. Essa suposição torna-se agora um problema,

na medida em que temos que explicar o que *pode* significar no nosso domínio a “vigência” objetiva da validade que procuramos. Não escapará a ninguém que observa a luta por método, “conceitos básicos” e pressupostos, a contínua mudança dos “pontos de vista” e a contínua redefinição dos “conceitos” usados, e vê, como o modo de observação teórico e o histórico ainda estão separados por um abismo aparentemente insuperável, que o problema é real e não uma invenção quimérica: duas economias políticas, como lamentava um desesperado estudante vienense. Que significa aqui objetividade? É apenas a *essa* questão que se dirigem as exposições a seguir.

2

A revista sempre tratou todos os objetos de suas análises como de natureza *socioeconômica*. Embora não seja esse o momento para se dedicar a determinações de conceitos e delimitações de ciências, impõe-se um esclarecimento sumário acerca do sentido disso.

Todos aqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por “socioeconômicos” vinculam-se ao fato básico de que nossa existência física, assim como a satisfação de nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens. Por sua vez, o caráter de fenômeno “socioeconômico” de um evento não é

algo que lhe seja “objetivamente” inerente. Ao contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso *interesse* de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular. Sempre que um evento da vida cultural vincula-se direta ou indiretamente àquele fato básico, por meio daqueles elementos da sua especificidade nos quais repousa para nós o seu *significado* próprio, ele contém ou ao menos pode conter, *conforme* o caso, um *problema* de ciência social; ou seja, envolve uma tarefa para uma disciplina que toma por objeto a pesquisa do alcance do fato básico apontado acima.

Entre os problemas econômico-sociais podemos estabelecer distinções. Temos eventos e complexos deles, normas, instituições etc. cujo significado cultural para nós repousa basicamente no seu aspecto econômico. Por exemplo, acontecimentos da vida bancária e da bolsa, que desde logo nos interessam essencialmente sob *esse* ponto de vista. Em regra, mas não exclusivamente, isso sucede quando se trata de instituições que foram criadas ou são utilizadas *conscientemente* para fins econômicos. Esses objetos do nosso conhecimento podem ser chamados, em sentido estrito, de eventos ou instituições “econômicas”.

A isso somam-se outros, como, por exemplo, acontecimentos da vida *religiosa*, que não nos interessam, ao menos não primordialmente, do ângulo de seu significado econômico e em nome dele, mas que em determinadas circunstâncias podem adquirir um significado econômico sob esse ponto de vista, dado que deles resultam determinados *efeitos* que nos interessam sob uma pers-

► Neste parágrafo, uma ideia fundamental, que será retomada adiante, na página 37: a ciência não lida com coisas, mas com *problemas*, que dão significado aos eventos e os tornam *interessantes* para a análise.

pectiva econômica. São fenômenos “economicamente relevantes”.

E, finalmente, entre os fenômenos que *não* são “econômicos” neste nosso sentido encontram-se alguns cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum interesse oferecem para nós, como a orientação do gosto artístico de uma dada época. No entanto, tais fenômenos mostram em determinados aspectos significativos de seu caráter uma *influência*, mais ou menos intensa, de motivos econômicos; no nosso caso, talvez, pela composição social do público interessado pela arte. São fenômenos economicamente *condicionados*.

Assim, por exemplo, o complexo de relações humanas, normas e condições normativamente determinadas que designamos por “Estado” é um fenômeno “econômico” no que se refere às finanças públicas. Na medida em que intervêm na vida econômica por vias legislativas, ou de qualquer outro modo (mesmo nos casos em que seu comportamento é determinado conscientemente por pontos de vista completamente diferentes dos econômicos), é “economicamente relevante”. Finalmente, na medida em que sua conduta e seu caráter são determinados por motivos econômicos, também em outras relações que não as “econômicas”, é “economicamente condicionado”.

Torna-se evidente, diante disso, que, por um lado, o âmbito das manifestações econômicas é fluido e não pode ser delimitado com rigor e, por outro, que os aspectos “econômicos” de um fenômeno nem são *apenas* “economicamente condicionados” nem *apenas* “economicamente eficazes”, e que um fenômeno só conserva a

qualidade de “econômico” na estrita medida em que *nosso interesse* volta-se exclusivamente a seu *significado* para a luta material pela existência.

Nossa revista, tal como a ciência econômico-social a partir de Marx e Roscher, não se ocupa apenas dos fenômenos “econômicos”, mas também dos “economicamente relevantes” e “economicamente condicionados”. Naturalmente, o âmbito desses objetos – que varia conforme a orientação de nosso interesse em cada caso – abrange a totalidade dos eventos culturais. Os motivos especificamente econômicos – isto é, aqueles que, por suas particularidades significativas para nós estão ligados a esse fato básico – atuam sempre onde a satisfação de uma necessidade, por mais imaterial que seja, envolve a utilização de meios externos *limitados*. Seu ímpeto influi assim por toda parte, determinando e modificando não só a forma da satisfação como também o conteúdo das necessidades culturais, até mesmo as de índole mais íntima.

A influência indireta das relações sociais, instituições e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses “materiais”, estende-se (muitas vezes de modo inconsciente) por todos os domínios da cultura, sem exceção mesmo dos mais delicados matizes do sentimento estético e religioso. Tanto os acontecimentos da vida cotidiana como os fenômenos “históricos” de alta política, tanto os fenômenos coletivos ou de massa como as ações “singulares” dos estadistas ou as realizações literárias e artísticas individuais, sofrem sua influência: são “economicamente condicionados”.

Por outro lado, o conjunto de todos os fenômenos e

► Nenhum evento traz escrito na testa que é “econômico”. Só adquire esse caráter quando é iluminado por um específico interesse nosso.

► Outra ideia básica, que dá o tom de toda a interpretação de Weber: a escassez como dado básico quando se fala em economia (e não, por exemplo, a organização social da produção, como seria o caso em Marx).

condições de existência de uma cultura historicamente dada influi sobre a configuração das necessidades materiais, sobre o modo de satisfazê-las, sobre a formação dos grupos de interesses materiais e sobre a natureza de seus meios de poder, e, por essa via, sobre a natureza do curso do “desenvolvimento econômico”, tornando-se assim “economicamente relevante”.

Na medida em que nossa ciência, pela regressão causal, atribui causas individuais – de caráter econômico ou não – a fenômenos culturais de índole econômica, ela busca um conhecimento “histórico”. Na medida em que persegue um elemento específico dos fenômenos culturais – neste caso o elemento econômico – por meio dos mais variados complexos culturais, no intuito de discernir seu significado cultural, ela busca uma *interpretação* histórica sob um ponto de vista específico. Oferece assim uma imagem parcial, um *trabalho preliminar*, para o conhecimento histórico completo da cultura.

Embora nem sempre uma intervenção de elementos econômicos, sob a forma de causa ou de efeitos, nos ponha diante de um *problema* econômico-social – pois este apenas se produz onde o significado de tais fatores é *problemático* e só pode comprovar-se mediante a aplicação dos métodos da ciência econômico-social – verifica-se sem embargo o alcance quase ilimitado do domínio de trabalho do modo de consideração socioeconômico.

Com deliberada autolimitação, nossa revista sempre renunciou ao cultivo de uma série de domínios específicos muito importantes de nossa disciplina, tais como economia descritiva, a história da economia em sentido

► O conhecimento histórico explica um fenômeno dado (no caso, de cunho econômico; poderia ser religioso, ou estético) por uma causa particular. Já a interpretação histórica incide sobre toda uma dimensão da cultura, em relação a sua significação para o conjunto. Argumento semelhante encontra-se na página 50.

estrito e a estatística. Do mesmo modo, deixou para outros órgãos o estudo dos problemas técnico-financeiros e técnico-econômicos da formação do mercado e dos preços, na moderna economia de troca. A revista tem mantido como campo de trabalho o significado atual e o desenvolvimento histórico de determinadas constelações de interesses e de conflitos, nascidos na economia dos modernos países civilizados, com base no papel preponderante que o capital neles desempenhou, em sua busca de valorização. Nisso ela não se limitou aos problemas práticos e do desenvolvimento histórico da chamada “questão social” em sentido estrito, como as relações entre a moderna classe dos assalariados e a ordem social existente.

É claro que o estudo científico aprofundado do crescente interesse que esse problema teve em nosso país no decorrer da década de 1880 constituiu forçosamente uma de suas tarefas essenciais. No entanto, na medida em que o estudo prático das condições operárias se converteu, também entre nós, em objeto constante da legislação e da discussão pública, o centro de gravidade do trabalho científico foi obrigado a deslocar-se no sentido do estabelecimento das relações mais universais de que estes problemas fazem parte. Assim, teve que desembocar na tarefa de analisar *todos* os problemas culturais especificamente modernos criados pela natureza particular dos fundamentos econômicos da nossa cultura.

Desse modo, a revista desde logo se ocupou com as mais diversas condições de vida em parte “economicamente relevantes” e em parte “economicamente condicionadas” das demais grandes classes das modernas nações

civilizadas, assim como do exame, sob um ponto de vista histórico, estatístico e teórico, das relações entre elas.

Assim, apenas deduzimos as consequências dessa atitude quando afirmamos que o campo de trabalho característico de nossa revista é a pesquisa científica do *significado cultural geral da estrutura socioeconômica da vida social humana* e de suas formas de organização históricas.

É precisamente isso, e não outra coisa, o que pretendemos dizer ao intitular nossa revista *Arquivo para a Ciência Social*. Esse termo abrange aqui o estudo histórico e teórico dos mesmos problemas cuja solução prática constitui o objeto da “política social”, no sentido mais lato da palavra. Fazemos uso nisso do direito de utilizar a expressão “social” conforme o significado que lhe é atribuído pelos problemas concretos da atualidade. Quando se dá o nome de “ciências da cultura” às disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir de sua *significação cultural*, então a “ciência social”, tal como nós a entendemos aqui, pertence a essa categoria. Em breve veremos quais consequências de princípio decorrem disso.

Não há dúvida de que sublinhar o aspecto *econômico-social* da vida cultural constitui uma delimitação muito sensível dos nossos temas. Objetar-se-á que o ponto de vista econômico ou, como se diz de modo impreciso, “materialista” a partir do qual consideramos a vida cultural revela-se “parcial”. Certamente, e essa parcialidade é intencional. A crença em que a tarefa do trabalho científico consiste em curar essa parcialidade da perspectiva econômica mediante a sua ampliação até uma ciência ge-

► Trata-se do significado de estruturas socioeconômicas, não delas propriamente.

► Consequências que desembocam na formulação da página 58.

ral do social, sofre desde logo do defeito de que o ponto de vista do “social” – isto é, o das relações entre os homens – somente possui uma exatidão suficiente para delimitar problemas científicos quando provido de algum predicado especial que determine seu conteúdo. Do contrário, considerado como objeto de uma ciência, abrangeria naturalmente tanto a filologia como a história da Igreja, e em especial todas as disciplinas que se ocupam do mais importante elemento constitutivo de qualquer vida cultural – o Estado – e da mais importante forma de regulamentação normativa – o direito.

Assim como o fato de a economia social se ocupar dos fenômenos da vida ou dos fenômenos num corpo celeste não obrigam a considerá-la parte da biologia ou de uma futura astronomia aperfeiçoada, também a circunstância de tratar de relações “sociais” não constitui razão para ser considerada precedente necessário de uma “ciência social geral”.

O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas”, mas as conexões *conceituais* entre os *problemas*. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que abrem novas e importantes perspectivas é que nasce uma nova “ciência”.

Não é pois por casualidade que o conceito de “social”, que parece ter sentido muito geral, adquire, logo que seu emprego é submetido a um controle, um significado muito particular e específico, embora geralmente indefinido. O que nele há de “geral” deve-se, com efeito, à sua indeterminação. Porque, se é encarado em seu significado geral, não oferece *ponto de vista* específico a partir

► Esta passagem decorre do argumento básico de Weber, de que as “coisas” – no caso da vida social, os eventos e os objetos correlatos que se oferecem à nossa atenção – não trazem consigo seu significado e só o recebem quando se tomam interessantes – e, por isso, problemáticos – para nós.

do qual se possa iluminar a *significação* de determinados elementos culturais.

Libertos do preconceito obsoleto de que a totalidade dos fenômenos culturais poderia ser *deduzida* como produto ou como função de determinadas constelações de interesses “materiais”, cremos no entanto que a *análise dos fenômenos sociais e dos eventos culturais* sob a perspectiva especial de seu condicionamento e alcance econômico foi um princípio científico de fecundidade criadora, e continuará a sê-lo enquanto dele se fizer um uso prudente e livre de inibições dogmáticas. Quanto à chamada “concepção materialista da história”, é preciso repeli-la com a maior firmeza como “*concepção de mundo*” ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica. Já o cultivo de uma *interpretação* econômica da história é um dos fins essenciais de nossa revista. Isso exige uma explicação mais detida.

É de esperar que a chamada “concepção materialista da história” – segundo, por exemplo, o *antigo* sentido genial-primitivo do *Manifesto Comunista* –, somente subsista hoje nas mentes de leigos ou diletantes. Entre esses, com efeito, encontra-se ainda muito difundido o singular fenômeno de que sua necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita enquanto não se demonstre (mesmo que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Feito isso, eles passam a contentar-se com as hipóteses mais frágeis e as formulações mais genéricas, pois já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as “forças” econômicas são as únicas causas “autênticas”, “verdadei-

► Aqui, uma tese forte contra Karl Marx, o principal adversário de Weber nesta altura do texto (depois, aparecerão outros).

ras” e “sempre determinantes em última instância”. Esse fenômeno nada tem de extraordinário, de resto. Quase todas as ciências, da filologia à biologia, mostraram, numa ocasião ou noutra, a pretensão de produzir não só conhecimentos específicos como também “concepções de mundo”. E, sob o impulso produzido pela enorme significação cultural das *modernas* transformações econômicas, e principalmente pelo transcendente alcance da “questão operária”, não é de estranhar que também viesse a desembocar nesse caminho a inextirpável tendência monista de todo o conhecimento refratário à autocrítica.

Hoje, no momento em que as nações se enfrentam com hostilidade crescente numa luta política e econômica pelo domínio do mundo, a citada tendência redundada em proveito da antropologia. É hoje opinião corrente que, “em última análise”, o decurso histórico não seria mais que a resultante da rivalidade de “qualidades raciais” inatas. A mera descrição acrítica das “características de um povo” foi substituída pela montagem, menos crítica ainda, de “teorias da sociedade” supostamente baseadas nas “ciências da natureza”.

Em nossa revista, seguiremos de muito perto o desenvolvimento da investigação antropológica, sempre que se revele importante para nossos pontos de vista. É de esperar que a situação em que tomar a “raça” como elo final da cadeia causal meramente documentava nosso *não saber* – como ocorreu, de modo semelhante, em relação ao “ambiente” ou, anteriormente, às “circunstâncias da época” –, possa vir a ser lentamente superada por um trabalho metodologicamente fundamentado. Se até este

momento houve alguma coisa que tenha prejudicado essa investigação, trata-se da ideia de diletantes zelosos, de que poderiam fornecer ao conhecimento de *cultura* algo de especificamente diferente e mais importante que o simples alargamento da possibilidade de uma atribuição segura dos acontecimentos culturais *concretos* e individuais da realidade histórica a certas causas *concretas*, *historicamente* dadas, mediante a obtenção de um material de observação *exato* a partir de perspectivas específicas. É apenas na medida em que a antropologia possa oferecer-nos *isso* que seus resultados terão interesse para nós e que a “biologia racial” adquirirá uma importância superior à de um mero produto da moderna febre de instaurar ciências.

Algo semelhante sucede com a importância da interpretação econômica do histórico. Se hoje – após um período de desmedida supervalorização – quase existe o perigo de se *subestimar* sua capacidade científica, isso não é mais do que a consequência da inaudita ausência de espírito crítico relativamente à interpretação econômica da realidade, concebida como método “universal”, no sentido de uma dedução de conjunto dos fenômenos culturais – isto é, de tudo o que para nós é essencial nelas – a partir de condições que em última instância seriam econômicas. Atualmente, a forma lógica sob a qual se apresenta essa interpretação não é inteiramente homogênea. Quando a explicação puramente econômica depara com dificuldades, dispõe de vários meios para sustentar sua validade geral como fator causal decisivo. Pode-se tratar de tudo aquilo que na realidade histórica *não* pode ser deduzido a partir de motivos econômicos

como algo que, *por isso mesmo*, seria “acidental” e cientificamente *insignificante*. Ou, então, amplia-se o conceito de economia a tal ponto que nele encontram lugar todos aqueles interesses humanos que, de uma maneira ou de outra, ligam-se a meios externos. No caso de existir a prova histórica de que, diante de duas situações *idênticas* sob o ponto de vista econômico, houve reações *diferentes* – em consequência de diferenças nas determinantes políticas, religiosas, climáticas ou quaisquer outras *não* econômicas –, todos esses fatores são então rebaixados ao nível de “condições” historicamente acidentais, sob as quais os motivos econômicos atuam como “causas”, tendo em vista preservar a supremacia do econômico.

É de entender, contudo, que todos esses aspectos “causais” para a perspectiva econômica seguem suas próprias leis, no mesmo sentido em que o fazem os aspectos econômicos, e que, para uma abordagem que persegue seu significado específico, as respectivas “condições” econômicas são tão “historicamente acidentais” quanto na recíproca.

Finalmente, uma tentativa muito comum para manter, apesar de tudo, o significado preponderante da economia consiste em interpretar as constantes cooperações e interações dos diferentes elementos da vida cultural como *dependendo* causal ou funcionalmente uns dos outros, ou, melhor ainda, de um único elemento: o econômico. Desse modo, quando uma determinada instituição *não* econômica realizou também, historicamente, uma determinada “função” ao serviço de quaisquer interesses econômicos de classe – isto é, quando se converteu em instrumento desta, como no caso de determinadas ins-

tituições religiosas, que se deixam utilizar como “polícia de batina” –, essa instituição é apresentada como expressamente criada para tal função, ou, de modo completamente metafísico, como tendo sido moldada por uma “tendência de desenvolvimento” de caráter econômico.

Atualmente, um perito na matéria dispensará ser informado de que *esta* interpretação dos fins da análise econômica da civilização era resultante, em parte, de uma determinada conjuntura histórica que orientou o interesse científico para certos problemas culturais economicamente condicionados, e, em parte também, de um raivoso apego à especialidade científica, e de que essa interpretação está hoje ao menos envelhecida. Em *nenhum* domínio dos fenômenos culturais pode a redução *unicamente* a causas econômicas ser exaustiva, mesmo no caso específico dos fenômenos “econômicos”.

Em princípio, a história *bancária* de não importa que povo que apenas se valesse de motivos econômicos em sua explicação é naturalmente tão impossível como, por exemplo, a “explicação” da Madona da Capela Sistina a partir das bases socioeconômicas da vida cultural da época de sua criação, e de modo algum é mais exaustiva do que, por exemplo, a explicação que fizesse derivar o capitalismo de certas transformações dos conteúdos da consciência religiosa que contribuíram para a gênese do espírito capitalista, ou ainda a que interpretasse qualquer configuração política a partir de determinados condicionamentos geográficos. Em *todos* esses casos, é decisiva, para a determinação da importância a ser concedida aos condicionamentos econômicos, a classe de causas que devemos *atribuir* àqueles elementos específicos do fe-

► Weber alude, aqui, à sua própria análise do desenvolvimento de um aspecto crucial do capitalismo ocidental moderno (no livro sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo), para alertar contra excessos em sua recepção.

nômeno em questão que consideramos *significativos* em cada caso particular.

O direito à análise *unilateral* da realidade cultural com base em “perspectivas” específicas – no nosso caso, a do seu condicionamento econômico – resulta desde logo, e de uma perspectiva puramente metodológica, da circunstância de que o treino da atenção para observar o efeito de determinadas categorias causais qualitativamente semelhantes, assim como a constante utilização do mesmo aparelho metodológico-conceitual, oferece todas as vantagens da divisão do trabalho. Ela não é “arbitrária” enquanto seu *êxito* falar por ela, isto é, enquanto oferecer um conhecimento de relações que demonstrem ser *valiosas* para a atribuição de causas a determinados acontecimentos históricos concretos. Mas a “parcialidade” e a irrealidade da interpretação puramente econômica apenas constituem um caso especial de um princípio de validade muito generalizada para o conhecimento científico da realidade cultural. Todas as subseqüentes discussões terão como fim essencial esclarecer as bases lógicas e as conseqüências gerais de método do que fica exposto.

Não existe nenhuma análise científica puramente “objetiva” da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos “fenômenos sociais”, que seja *independente* de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objeto de pesquisa. Deve-se isso

► Neste parágrafo e no próximo condensam-se as principais teses sustentadas por Weber neste texto: a ciência social trata de eventos empíricos, observáveis diretamente ou em documentos, que se revelem interessantes para ela, que mereçam sua atenção naquilo que têm de peculiar, e busca saber o que as tomou (ou toma) assim (e não de outros modos, também possíveis). A questão é: o que os torna interessantes, se não o são intrinsecamente (“objetivamente”)?

ao caráter particular do alvo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais que se proponha a ir além de um estudo puramente *formal* das *normas* – legais ou convencionais – da convivência social.

A ciência social que *nós* pretendemos praticar é uma *ciência da realidade*. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia, e na qual nos encontramos situados, naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a *significação* cultural de suas diversas manifestações em sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo.

Ocorre que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que se nos manifesta, “dentro” e “fora” de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a absoluta infinidade dessa diversidade subsiste, sem nenhuma atenuante de seu caráter intensivo, até mesmo quando prestamos nossa atenção, isoladamente, a um único “objeto” – por exemplo, uma transação concreta –, e isso tão logo tentamos descrever de modo *exaustivo* essa “singularidade” em todos os seus componentes individuais, e muito mais ainda quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. Assim, todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se no pressuposto tácito de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido”.

► Isso decorre diretamente da passagem assinalada na página 43.

Segundo quais princípios se isola então esse fragmento?

Insiste-se em procurar o critério decisivo, também nas ciências da cultura, na repetição regular, “conforme leis”, de determinadas conexões causais. Segundo essa concepção, o conteúdo das “leis” que somos capazes de reconhecer na inesgotável diversidade do curso dos fenômenos deverá ser o único fator considerado cientificamente “essencial”. Tão logo tenhamos demonstrado a “regularidade” de uma conexão causal, seja mediante uma ampla indução histórica, seja pelo estabelecimento para a experiência interna de sua evidência imediatamente intuitiva, admite-se que todos os casos semelhantes – por muito numerosos que sejam – ficam subordinados à fórmula assim encontrada. Tudo aquilo que, na realidade individual, continue a resistir à seleção feita a partir dessa “regularidade”, ou é considerado um remanescente ainda não elaborado cientificamente – que no entanto deverá ser integrado ao sistema das “leis” mediante aperfeiçoamentos contínuos –, ou é deixado de lado. Ou seja, é considerado “casual” e cientificamente secundário precisamente porque se revela “ininteligível quanto às leis” e não se integra no processo “típico”, de modo que se tornará objeto de uma “curiosidade ociosa”.

Em vista disso, reaparece sempre, mesmo entre os representantes da escola histórica, a concepção de que o ideal para o qual tende ou pode tender todo conhecimento, mesmo o das ciências da cultura – ainda que seja num futuro longínquo –, consistirá num sistema de proposições das quais seria possível “deduzir” a realidade. Sabe-se que um dos porta-vozes das ciências da natu-

► É a essa concepção, à qual se opõe, que Weber designa pelo termo “naturalismo”.

reza julgou poder caracterizar a meta ideal (inacessível de fato) dessa elaboração da realidade cultural como conhecimento “astronômico” dos fenômenos da vida. Por muito debatida que seja essa questão, não poupemos esforços para um exame mais detido do tema.

Em primeiro lugar, salta à vista que esse conhecimento “astronômico”, em que se pensa no caso citado, não é de modo algum um conhecimento de *leis*, mas, ao contrário, extrai de outras disciplinas, como a mecânica, as “leis” com as quais trabalha, à maneira de *premissas*. Quanto à própria astronomia, interessa-lhe saber qual o efeito *individual* produzido pela ação dessas leis sobre uma constelação *individual*, dado que essas constelações têm *importância* para nós. Como é natural, toda constelação individual que a astronomia nos “explica” ou prediz só poderá ser causalmente explicável como consequência de outra constelação, igualmente individual, que a precede. E, por muito que recuemos na obscuridade do mais longínquo passado, a realidade *para* a qual tais leis são válidas permanece também individual, também resistente à dedução *com base* em leis.

Um “estado original” cósmico que não possuísse um caráter individual, ou que o tivesse em menor grau do que a realidade cósmica atual, naturalmente seria um pensamento desprovido de sentido. No entanto, não sobrevive na nossa especialidade um resto de representações semelhantes, quando se supõem “estados primitivos” socioeconômicos sem nenhuma “casualidade” histórica, quer inferidos do direito natural, quer verificados mediante a observação dos “povos primitivos”? É o caso, por exemplo, do “comunismo agrário primitivo”, da

“promiscuidade sexual” etc., dos quais nasceria, por uma espécie de queda pecaminosa no concreto, o desenvolvimento histórico individual.

O ponto de partida do interesse pelas ciências sociais sem dúvida reside na configuração *real* e portanto individual da vida sociocultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la em seu contexto *universal*, nem por isso menos *individual* em sua forma, e em seu desenvolvimento a partir de outros estados socioculturais, evidentemente individuais também. Torna-se claro que, do mesmo modo, nós nos encontramos perante a situação extrema que acabamos de expor no caso da astronomia (e que os metodólogos também utilizam regularmente), e até de um modo especificamente acentuado. Enquanto no campo da astronomia os corpos celestes apenas despertam nosso interesse por suas relações *quantitativas*, suscetíveis de medições exatas, no campo das ciências sociais, ao contrário, o que nos interessa é o matiz *qualitativo* dos fatos. A isso soma-se que, nas ciências sociais, trata-se da intervenção de fenômenos *espirituais*, cuja “*compreensão*” por revivência constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou quereriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza. Apesar de tudo, tais diferenças não são categóricas como à primeira vista poderiam parecer.

Salvo o caso da mecânica pura, nenhuma ciência da natureza pode prescindir da qualidade. Além disso, deparamos em nosso próprio campo com a opinião – errônea – de que o fenômeno, fundamental para nossa civilização, do comércio financeiro, é suscetível de quantificação e, *portanto*, cognoscível mediante “leis”. Por úl-

timo, dependeria da definição mais ou menos lata do conceito de “lei” que nele se pudessem incluir as regularidades não suscetíveis de expressão numérica por não serem quantificáveis.

No que respeita especialmente à intervenção de motivos “espirituais”, esta de modo algum exclui o estabelecimento de *regras* para a ação racional. Mas, sobretudo, sucede que ainda hoje não desapareceu completamente a opinião de que é tarefa da *psicologia* desempenhar, para as diversas “ciências do espírito”, um papel comparável ao das matemáticas para as ciências da natureza. Para tal, ela deveria decompor os complicados fenômenos da vida social nas suas condições e efeitos psíquicos, reduzi-los a fatores psíquicos os mais simples possíveis, e enfim classificar estes últimos por gêneros e analisar as suas relações funcionais. Assim, ter-se-ia conseguido criar, senão uma “mecânica”, ao menos uma “química” da vida social, em suas bases psíquicas. Não nos cabe decidir aqui se tais análises poderão alguma vez contribuir com resultados particulares que sejam valiosos e – o que é diferente – úteis para as ciências da *cultura*. No entanto, isso não afeta de modo algum a possibilidade de se atingir a *meta* do conhecimento socioeconômico, tal como o entendemos aqui – ou seja, o conhecimento da *realidade* concreta segundo seu *significado* cultural e suas relações causais – mediante a busca da repetição regular.

Supondo que alguma vez, quer mediante a psicologia, quer de qualquer outro modo, se conseguisse decompor em quaisquer “fatores” últimos e simples todas as conexões causais imagináveis da coexistência humana, tanto as que já foram observadas como as que um dia será pos-

► O termo mais usual, atualmente, seria “ciências da cultura” (ou seja, que tratam de significados socialmente compartilhados). Para Weber, contudo, importa neste passo a distinção entre “espírito” (cultura) e “natureza”.

► Aqui o autor avança um passo importante em sua argumentação. O conhecimento científico-social não se detém no caso singular, por significativo que seja: busca detectar e interpretar a “repetição regular” de eventos (que, no caso do estudo da sociedade, envolve ações).

sível estabelecer, e se conseguisse abrangê-las de modo exaustivo numa imensa casuística de conceitos e regras com a validade rigorosa de leis, que significaria esse resultado para o conhecimento, quer do mundo cultural *historicamente* dado, quer de algum fenômeno particular, como o do capitalismo em sua evolução e em seu significado cultural? Como *meio* de conhecimento, não significa nem mais nem menos do que aquilo que um dicionário das combinações da química orgânica significa para o conhecimento *biogenético* dos reinos animal e vegetal.

Tanto num caso como noutro ter-se-ia realizado um importante e útil trabalho preliminar. Tanto num caso como noutro, contudo, seria impossível chegar alguma vez a *deduzir* a realidade da vida a partir dessas “leis” e “fatores”. Não porque subsistissem ainda, nos fenômenos vitais, determinadas “forças” superiores e misteriosas (“dominantes”, “enteléquias” ou outras) – o que já constitui outro problema –, mas simplesmente porque, para o conhecimento da realidade, apenas nos interessa a *constelação* em que esses “fatores” (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural *historicamente significativo* para nós, e também porque, se pretendemos “explicar causalmente” esses agrupamentos individuais, teríamos de nos reportar constantemente a outros agrupamentos igualmente individuais, a partir dos quais os “explicaríamos”, embora utilizando naturalmente os citados (hipotéticos) conceitos de “leis”.

O estabelecimento de tais “leis” e “fatores” (hipotéticos) apenas constituiria, para nós, a *primeira* de várias operações às quais o conhecimento a que aspiramos nos conduziria. A segunda operação, completamente nova e

independente, apesar de se basear nessa tarefa preliminar, seria a análise e a exposição ordenada do agrupamento individual desses “fatores” historicamente dados e da combinação concreta e *significativa* dele resultante e, acima de tudo, consistiria em *tornar inteligível* a causa e a natureza dessa significação. A terceira operação seria remontar o mais possível ao passado, e observar como se desenvolveram as diferentes características individuais dos agrupamentos de importância para o presente, e proporcionar uma explicação histórica a partir dessas constelações anteriores, igualmente individuais. Por último, uma possível quarta operação consistiria na avaliação das constelações possíveis no futuro.

Para todas essas finalidades seria muito útil, indispensável mesmo, a existência de conceitos claros e o conhecimento dessas (hipotéticas) “leis”, como *meios* heurísticos, mas unicamente como tal. Mas, mesmo com essa função, existe *um* ponto decisivo que demonstra o limite de seu alcance, com o que somos conduzidos à peculiaridade decisiva do método nas ciências da cultura; ou seja, nas disciplinas que aspiram a conhecer os fenômenos da vida segundo sua *significação cultural*. A *significação* da configuração de um fenômeno cultural e a *causa* dessa significação não podem contudo deduzir-se de nenhum sistema de conceitos de leis, por mais perfeito que seja, como também não podem ser justificados nem explicados por ele, dado que pressupõem a relação dos fenômenos culturais com *ideias de valor*.

○ *conceito de cultura é um conceito de valor*. A realidade empírica é “cultura” para nós porque, e na medida em que, nós a relacionamos a ideias de valor. Ela abrange

► Estamos próximos do cerne da posição de Weber. O estudo “isento de pressupostos” do mundo da cultura não nos levaria a nada, nem mesmo a reconhecer o objeto, o que interessa estudar. Retorna a questão: o que pode fornecer esses pressupostos? (Veja o desdobramento disso nas páginas 53-54).

aqueles e *somente* aqueles componentes da realidade que, por meio dessa relação, tornam-se *significativos* para nós. Uma parcela ínfima da realidade individual que observamos em cada caso é matizada pela ação de nosso interesse condicionado por essas ideias de valor; somente ela tem significado para nós precisamente porque revela relações tornadas *importantes* graças à sua vinculação a ideias de valor. É somente por isso, e na medida em que isso ocorre, que nos interessa conhecer sua característica individual. Entretanto, o *que* para nós se reveste de significação naturalmente não poderá ser deduzido de um estudo “isento de pressupostos” do empiricamente dado; ao contrário, é a comprovação dessa significação que constitui a premissa para que algo se converta em *objeto* da análise.

Naturalmente, o *significativo*, como tal, não coincide com nenhuma lei como tal, e isso tanto menos quanto mais geral for a validade dessa lei. Porque a *significação* que para nós tem um fragmento da realidade *não* se encontra nas relações que compartilha com o maior número possível de outros elementos. A relação da realidade com ideias de valor que lhe conferem uma significação, assim como sublinhar e ordenar os elementos do real matizados por essa relação sob o ponto de vista de sua *significação* cultural, constituem perspectivas completamente diferentes e distintas da análise da realidade levada a cabo para conhecer suas *leis* e ordená-la segundo conceitos gerais. Ambas as modalidades de pensamento ordenador do real não mantêm entre si nenhuma relação lógica necessária. Poderá suceder que, num caso concreto, venham alguma vez a coincidir; mas, se essa coinci-

► Significativo é sempre algo particular, que se torna significativo exatamente quando lhe é atribuído um significado. Por isso, nem mesmo uma lei (relação invariável) geral pode ser significativa como tal.

dência casual nos ocultar sua discrepância de *princípio*, isso poderá acarretar as mais funestas consequências.

A *significação* cultural de um fenômeno – por exemplo, o do comércio monetário – pode consistir no fato de se manifestar como fenômeno de massa, um dos elementos fundamentais da civilização contemporânea. Mas, de imediato, o fato *histórico* de desempenhar esse papel é que constitui o que deverá ser compreendido sob o ponto de vista da sua *significação* cultural, e explicado causalmente sob a perspectiva da sua origem histórica. A análise da essência *geral* da troca e da *técnica* do tráfico comercial constituem uma tarefa *preliminar*, ainda que extremamente importante e indispensável. Mas não fica assim resolvida a questão de como a troca chegou historicamente a alcançar a fundamental significação que hoje possui; mas, antes de mais nada, aquela que, em última análise, nos interessa: qual a *significação cultural* da economia monetária. Pois é com respeito a ela que nos interessamos pela descrição da técnica de circulação, e é pela mesma razão que existe hoje uma ciência dedicada a essa técnica. De todo modo, a troca não se deduz de nenhuma dessas “leis”. As *características genéricas* da troca, da compra etc. interessam ao jurista. Mas o que a nós interessa é a tarefa de analisar a *significação cultural* do fato *histórico* de a troca constituir, hoje, um fenômeno de massa. Quando esse fato deve ser explicado, quando pretendemos compreender a *diferença* entre nossa civilização socioeconômica e a da Antiguidade – quando a troca apresentava exatamente as mesmas qualidades genéricas de hoje –, quando queremos saber em que consiste a *significação* da “economia monetária”, surgem

► Uma coisa é ser importante por constituir fenômeno observável em grande escala; outra, é desempenhar papel fundamental numa civilização (aqui o termo é empregado no mesmo sentido do que, em outros passos, “cultura”).

► Neste ponto nos defrontamos com duas acepções de *significativo*: uma, de caráter genérico (o interesse pela troca como fenômeno econômico, por exemplo); outra – e decisiva –, relativa ao modo como o fenômeno (a troca, no caso) se apresenta numa configuração histórica particular.

então na análise princípios lógicos de origem claramente heterogênea. Por certo que, *enquanto* contenham elementos significativos de nossa cultura, utilizaremos os conceitos que a análise dos elementos genéricos dos fenômenos econômicos de massa nos oferece como *meios* de exposição. Mas, por muito exata que seja a distinção desses conceitos e leis, não só não teremos alcançado o *alvo* de nossa tarefa como a questão sobre qual deve ser o objeto da formação de conceitos genéricos não ficará “livre de pressupostos”, dado que foi decidida em função da *significação* que possuem, para a *cultura*, determinados elementos dessa multiplicidade infinita que chamamos “comércio”.

Aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, *significativo na sua especificidade*. E o que aqui existe de decisivo é o fato de só adquirir sentido lógico a ideia de um conhecimento dos fenômenos *individuais* mediante a premissa de que *apenas uma parte finita* da infinita diversidade de fenômenos é *significativa*. Mesmo com o mais amplo conhecimento de *todas as “leis”* do devir ficaríamos perplexos ante o problema de como é possível em geral a *explicação causal* de um fato *individual*, posto que nem sequer se pode pensar a mera *descrição* exaustiva do mais ínfimo fragmento da realidade. Pois o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre *infinitos*, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta. A tentativa de um conhecimento da realidade “livre de pressupostos” apenas conseguiria produzir um caos de “juízos existen-

ciais” acerca de inúmeras percepções particulares. E até mesmo esse resultado seria possível só na aparência, pois a realidade de cada uma das percepções, expostas a uma análise detalhada, oferece um sem-número de elementos particulares, que nunca poderão ser expressos de modo exaustivo nos juízos de percepção.

Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um *segmento* da realidade individual possui interesse e *significado* para nós, posto que só ele se encontra em relação com as *ideias de valor culturais* com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns *aspectos* dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma *significação geral para a cultura*, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto da explicação causal. Também essa explicação causal oferece, por sua vez, o mesmo caráter, pois uma regressão causal *exaustiva* com base em qualquer fenômeno concreto, para captar sua *plena* realidade, não só resulta impossível, na prática, como é pura e simplesmente um absurdo. Apenas colocamos em relevo as causas a que se podem *atribuir*, num caso concreto, os elementos “essenciais” de um acontecimento. Quando se trata da *individualidade* de um fenômeno, o problema da causalidade não incide sobre *leis*, mas sobre *conexões* causais concretas; não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno a título de exemplar, mas sim a que constelação particular deve ser imputado como resultado. Trata-se, portanto, de um *problema de imputação*. Onde quer que se trate de explicação causal de um “fenômeno cultural” – ou de uma “individualidade histórica”, expressão já utilizada

► Dado que os fenômenos sociais não exibem nenhum caráter objetivamente intrínseco a eles, não há saída senão buscar suas causas mediante a *atribuição* (imputação) dessa condição a outros fenômenos (ou a um conjunto deles), para em seguida pesquisar se a relação suposta se confirma.

relativamente à metodologia da nossa disciplina, e agora habitual na lógica, com uma formulação mais precisa –, o conhecimento das *leis* da causalidade não poderá constituir o *fim*, mas antes o *meio* do estudo. Ele facilita e possibilita a imputação causal dos elementos dos fenômenos, tornados importantes para a cultura por sua individualidade, às suas causas concretas. É apenas na medida em que presta esse serviço que poderá ter valor para o conhecimento das conexões individuais. E quanto mais “gerais”, isto é, abstratas, são as leis, menos contribuem para as necessidades da imputação causal dos fenômenos *individuais* e, indiretamente, para a compreensão da significação dos acontecimentos culturais.

Que se conclui de tudo isso?

De modo algum que, no campo das ciências da cultura, o conhecimento do *geral*, a formação de conceitos genéricos abstratos, o conhecimento de regularidades e a tentativa de formulação de relações “regulares” não tenham uma justificação científica. Muito ao contrário. Se o conhecimento causal do historiador consiste numa *imputação* de certos resultados concretos a determinadas causas concretas, então é *impossível* uma imputação *válida* de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento “nomológico” – isto é, do conhecimento das regularidades das conexões causais. Para saber se a um elemento individual e singular de uma conexão cabe atribuir, na realidade, uma importância causal para o resultado que se trata de explicar causalmente, *apenas* existe a possibilidade de proceder à avaliação das influências que nos habituamos a esperar *geralmente* tanto deste como de *outros* elementos do mesmo com-

► Conclusão importante: a imputação (hipotética) de causas ao fenômeno que interessa explicar de que se falava antes não dispensa o conhecimento da regularidade de ocorrências (“nomológico”).

plexo que sejam pertinentes à explicação. Essas influências constituem, por conseguinte, os efeitos “adequados” dos elementos causais em questão.

Saber até que ponto o historiador (no sentido mais lato da palavra) é capaz de realizar com segurança essa imputação, com o auxílio de sua imaginação metodicamente educada e alimentada por sua experiência pessoal de vida, e até que ponto estará dependente do auxílio de determinadas ciências especializadas postas a seu alcance, é algo que depende de cada caso particular. Mas em qualquer caso, e portanto também no campo dos fenômenos econômicos complexos, a *segurança* da imputação é tanto maior quanto mais seguro e amplo for nosso conhecimento geral. O valor dessa afirmação não fica de modo algum diminuído pelo fato de que nunca, mesmo nas chamadas “leis econômicas”, trata-se de conexões “regulares” no sentido estrito das ciências da natureza, mas sim de conexões causais *adequadas*, expressas em regras, e portanto de uma aplicação da categoria da “possibilidade objetiva”, que não analisaremos aqui com mais pormenores. Ocorre que o estabelecimento de tais regularidades não é a *finalidade*, mas sim um *meio* do conhecimento. E quanto a saber se tem sentido formular como “lei” uma regularidade de conexões causais, observada na experiência cotidiana, não é mais que uma questão de conveniência em cada caso concreto. Para as ciências exatas da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais geral* é sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos as leis *mais gerais* são frequentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Pois

► Weber encontrou essa ideia de “possibilidade objetiva” na obra do historiador Eduard Meyer (que discute em seus escritos metodológicos). Um evento – por exemplo, uma batalha – pode tornar-se significativo pelos efeitos que teve em contraste com os que resultariam caso assumisse uma outra configuração, igualmente possível (no exemplo da batalha, a vitória do outro lado).

quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua *extensão* –, tanto mais nos *afasta* da riqueza da realidade, posto que, *para* poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e *pobre* de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio.

De tudo o que até aqui se disse resulta que carece de razão de ser um estudo “objetivo” dos acontecimentos culturais, no sentido em que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis. Carece de razão de ser, *não* porque – como frequentemente se sustentou – os acontecimentos culturais ou, se se quiser, os fenômenos espirituais evoluam “objetivamente” de modo menos sujeito a leis, mas:

- a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito; e
- b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos *culturais* poderá ser concebido senão com base na *significação* que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações *singulares*.

Não existe nenhuma lei que nos mostre em que sentido e em que condições isso sucede, pois o decisivo são as *ideias de valor* sob as quais consideramos a “cultura”

em cada caso. A “cultura” é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu – do ponto de vista do *homem* – um sentido e uma significação. E continua a ser assim mesmo para quem se opõe a uma cultura *concreta* como inimigo implacável e preconiza o “regresso à natureza”. Pois apenas pode adotar essa posição quando *compara* essa cultura concreta às suas próprias ideias de valor, considerando aquela como “demasiado superficial”. Referimo-nos precisamente a esta circunstância *puramente lógica e formal*, quando afirmamos que todo o indivíduo histórico está arraigado, de modo logicamente necessário, a “ideias de valor”.

A premissa transcendental de qualquer *ciência da cultura* reside não no fato de considerarmos *valiosa* uma “cultura” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos *homens* de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumir uma *posição* consciente diante do mundo e de lhe conferir um *sentido*. Qualquer que seja este sentido, influirá para que, no decurso de nossa vida, extraiamos dele nossas *avaliações* de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados *significativos*, uma *posição* (positiva ou negativa). Seja qual for o conteúdo dessa tomada de posição, tais fenômenos possuem para nós uma *significação* cultural, que constitui a base única de seu interesse científico.

Por conseguinte, quando utilizamos aqui a terminologia dos lógicos modernos e dizemos que o conhecimento cultural é condicionado por determinadas ideias de *valor*, esperamos que isso não seja suscetível de mal-

► Passagem fundamental: a condição prévia, sem a qual não se pode falar de conhecimento científico do mundo dos significados e dos valores (da cultura) é a capacidade dos homens (ou seja, de entes ativos e pensantes, portanto motivados por interesses lastreados em valores) de atribuir sentido àquilo que não o tem *de per se*.

► A referência é, em especial, ao filósofo Heinrich Rickert. Refere-se, contudo, à “terminologia” e deixa subentendida uma diferença essencial. É que, enquanto Rickert fala de “valores”, Weber fala de “ideias de valor”. O termo “lógico” aplica-se, aqui, ao que chamaríamos de teoria ou filosofia da ciência, e não à lógica como disciplina formal das leis gerais do raciocínio válido.

-entendidos tão grosseiros como a opinião de que apenas se deve atribuir significação cultural aos fenômenos *valiosos*. Pois tanto a prostituição como a religião ou o dinheiro são fenômenos *culturais*, e o são única e exclusivamente enquanto sua existência e a forma que *historicamente* adotam correspondem direta ou indiretamente aos nossos *interesses* culturais, enquanto animam nosso desejo de conhecimento a partir de pontos de vista derivados das ideias de valor, as quais tornam *significativo* para nós o fragmento de realidade expresso naqueles conceitos.

Disso resulta que todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a *pontos de vista* especificamente *particulares*. Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os “pontos de vista” necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá saber referir – consciente ou inconscientemente – os elementos da realidade a “valores culturais” universais e destacar *aquelas* conexões que para nós se revistam de significado. E se é frequente a opinião de que tais pontos de vista poderão ser “deduzidos da própria matéria”, isso apenas se deve à ingênua ilusão do especialista que não se dá conta de que – desde o início e em virtude das ideias de valor com que inconscientemente abordou o tema – destacou da imensidade absoluta um fragmento ínfimo, e particularmente *aquela* cujo exame lhe *importa*.

A propósito dessa seleção de “aspectos” especiais e *individuais* do devir, que sempre e em todos os casos se realiza consciente ou inconscientemente, reina tam-

bém essa concepção do trabalho científico-cultural que constitui a base da tão repetida afirmação de que o elemento “pessoal” é o que verdadeiramente confere valor a uma obra científica. Ou seja, de que qualquer obra deveria exprimir uma “personalidade” paralelamente a outras qualidades.

Por certo que sem as ideias de valor do investigador não existiria nenhum *princípio de seleção* nem conhecimento sensato do real singular e, assim como sem a *crença* do pesquisador na *significação* de um conteúdo cultural qualquer resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade *individual*, também a orientação de sua convicção pessoal e a difração dos valores no espelho de sua alma conferem a seu trabalho uma direção. E os valores a que o gênio científico refere os objetos de sua investigação poderão determinar a “concepção” que se fará de toda uma época. Isto é, não só poderão ser decisivos para aquilo que se considera “valioso” nos fenômenos, mas ainda para o que passa por ser significativo ou insignificante, “importante” ou “secundário”.

O conhecimento científico-cultural tal como o entendemos encontra-se *preso*, portanto, a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma *significação* cultural. Apesar disso, continua naturalmente a ser um conhecimento puramente *causal*, exatamente como o conhecimento de eventos naturais individuais importantes dotados de caráter qualitativo.

Paralelamente às numerosas confusões originadas pelo imiscuir do pensamento jurídico formalista na esfera das ciências culturais, surgiu recentemente, entre outras, a tentativa de “refutar” a “concepção materialista da história” através de uma série de engenhosos sofismas. Para tanto argumenta-se que, dado que toda a vida econômica deveria evoluir dentro de determinadas *formas reguladas* de modo legal ou convencional, qualquer “evolução” econômica deveria adotar o aspecto de aspirações para a criação de novas *formas jurídicas*. Isto é, que apenas poderia ser compreensível a partir de certas máximas morais, e seria por isso diferente, em essência, de qualquer “evolução natural”. O conhecimento da evolução econômica teria assim um caráter “teleológico”.

Sem querermos discutir aqui o significado ambíguo que o conceito de “evolução” comporta nas ciências sociais, nem o conceito igualmente ambíguo, do ponto de vista lógico, de “teleológico”, cabe estabelecer que a economia não é necessariamente “teleológica” tal como pressupõe essa concepção.

Mesmo no caso de uma total identidade de forma das normas jurídicas vigentes, pode mudar de modo radical a *significação* cultural das *relações* jurídicas de caráter normativo e, conseqüentemente, as próprias normas. Pois se nos permitirmos um mergulho em divagações sobre o futuro, poder-se-ia imaginar, por exemplo, como teoricamente realizada uma “socialização dos meios de produção”, sem que se houvesse produzido qualquer “aspiração” conscientemente dirigida para esse resultado, e sem que houvesse necessidade de acrescentar ou suprimir qualquer artigo da nossa atual legislação. Em com-

► A referência é ao jurista Rudolf Stammler, a cuja obra Weber dedicou extensa crítica, reproduzida nos seus escritos sobre metodologia das ciências sociais.

► Ou seja, ela seria explicada pelo fim ao qual se dirige.